

REFLETINDO SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO EM SALA DE AULA¹

Ricardo Desidério da Silva - contatodesiderio@hotmail.com

Doutor em Educação Escolar, na linha de pesquisa em Sexualidade, Cultura e Educação Sexual pela UNESP/Araraquara-SP.

RESUMO: Se pensarmos a respeito das questões de gênero, elas se fazem presentes em todos os espaços, sejam eles formais ou informais. As normas são ditadas entre o que é certo ou errado para o menino e menina, sendo cada vez mais evidentes durante todo nosso desenvolvimento. Na família e/ou na escola são evidentes os tratamentos tão direcionados ao menino e a menina. Em casa, os pais comprovam essas regras por suas atitudes e comportamentos frente aos direcionamentos tomados e muito bem específicos a cada um dos filhos. Ao menino é dado tudo que é tido como de menino e para a menina acontecerá o mesmo. Se na família há um casal, a separação fica ainda mais evidente. Já na escola, este processo se dá na separação por filas de meninos e meninas, atividades específicas dada a cada um deles, entre tantos outros aspectos que são facilmente observáveis. Entretanto, o objetivo do texto aqui proposto é apontarmos para uma reflexão quanto ao seu conceito e a necessidade de ações na escola que combatam a reprodução de discriminação de gênero e, para isso, defendemos em primeiro lugar uma formação específica junto aos professores, assim como acreditamos que esse conteúdo deva ser trabalhado junto aos estudantes de modo sistemático, contínuo e de forma efetiva, com momentos de interação grupal e reflexões conjuntas, colocando em prática um Programa de Educação Sexual que faça parte do Projeto Político Pedagógico da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Educação Sexual. Formação de Professores.

1 INTRODUÇÃO

Desde muito cedo, somos inseridos a um bombardeio de fatores (socioculturais) atrelados às questões relativas ao gênero, categoria essa socialmente construída, com implicações em cada um de nós (individualmente). Na gravidez, a chegada do nascimento é direcionada e confirmada em seu sexo (REIS; MAIA, 2009); nesse caso, não só atrelado ao aspecto biológico (macho ou fêmea), mas também em sua construção enquanto menino ou menina. Se menino, o quarto que o espera costuma ser decorado todo na cor azul, ou qualquer outra tonalidade dita ser socialmente específica de menino. Os brinquedos também marcam essa chegada, todos pertencendo ao grupo dos meninos. Já se menina, a cor predominante provavelmente será rosa, característica dessa marca social, histórica e cultural atrelando a cor específica ao seu sexo, assim como os objetos ali presentes também serão característicos e pertencentes ao grupo das meninas.

¹ Este texto é parte integrante da tese de doutorado “Educação Audiovisual da Sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia” (SILVA, 2015).

Em todo esse processo, as normas são ditadas entre o que é certo ou errado para o menino e menina, sendo cada vez mais evidentes durante todo nosso desenvolvimento. Em casa, os pais comprovam essas regras por suas atitudes e comportamentos frente aos direcionamentos tomados e muito bem específicos a cada um dos filhos. Ao menino é dado tudo que é tido como de menino e para a menina acontecerá o mesmo. Se na família há um casal, a separação fica ainda mais evidente.

2 DISCUTINDO GÊNERO NA ESCOLA

2.1 Conceito e reflexões

Os estudos feministas, marcados por todas suas trajetórias, podem ser analisados por diversas perspectivas. Para Meyer (2013) de um modo geral são registrados dois grandes momentos, denominados por ela de *ondas*. A primeira, baseada na conquista da mulher ao direito ao voto (movimento sufragista), que no Brasil se deu na Constituição de 1934, agregando a essa luta várias outras reivindicações como direito à educação, condições mais dignas de trabalho e exercício da docência, por exemplo.

A segunda acontece nos anos 60 e 70 do mesmo século, com intensos debates e questionamentos, reconhecendo assim a necessidade “de um investimento mais consistente em produção do conhecimento, com desenvolvimento sistemático de estudos e pesquisas que tivessem como objetivo não só denunciar, mas, sobretudo, compreender e explicar a subordinação social e a invisibilidade política” (MEYER, 2013, p.14) que as mulheres historicamente haviam sido submetidas.

Essas pesquisas e estudos possibilitaram compartilhar informações inexistentes para época a partir da figura da mulher, assim como seus interesses, necessidades e dificuldades em discussão. Além disso,

[...] produziram estatísticas específicas sobre as condições de vida de diferentes grupos de mulheres, apontando falhas ou silêncios nos registros oficiais, denunciaram o sexismo e a opressão vigentes nas relações de trabalho e nas práticas educativas, estudaram como esse sexismo se reproduzia nos materiais e nos livros didáticos e, ainda, levaram para a academia temas então concebidos como temas menores, quais sejam, o cotidiano, a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, etc. (MEYER, 2013, p. 15).

Dessa forma, toda a trajetória feminista, permeada por lutas, conquistas e muitos debates e reflexões ainda trazidos à tona, é o que a autora nos apresenta ao dizer que foi justamente nesse contexto, e ainda o é, que as feministas demonstram “que não são características anatômicas e

fisiológicas, em sentido estrito, ou tampouco desvantagens socioeconômicas tomadas de forma isolada, que definem diferenças apresentadas como justificativa para desigualdades de gênero” (MEYER, 2013, p. 16).

Com isso, o pensar e dizer sobre mulheres e homens a partir de um aspecto cultural, social e político, e não mais natural, marcados pela característica biológica, é o que pôde desencadear, no início dos anos 1970, a origem de seu termo: gênero, cujo uso teria, nas palavras de Scott (1995, p. 6), “um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980”.

Com base na mais famosa frase de *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, Saffioti (1999) e Louro (2008) acreditam residir nessas palavras a primeira manifestação do conceito de gênero, mesmo se tratando de uma época em que o arsenal de informações e materiais sobre isso era escasso. Para Saffioti (1999, p. 160) “é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade”. Nas palavras de Louro (2008, p. 17), a famosa frase possibilitou, por meio de militantes e estudosas, um indicativo que o modo de ser e de estar no mundo “não resultava de um ato único, inaugural, mas que, em vez disso, constituía-se numa construção”. Logo, o fazer-se mulher “dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”.

Muito se falou, e ainda se fala, no binarismo entre sexo e gênero, considerando-os iguais em sua definição e relação. Para Andrade e Souza (2012, p. 78), tradicionalmente sexo e gênero têm sim “entrelaçamentos em que o primeiro estabelece as possibilidades de configuração do segundo”, mas com o rompimento desse modelo tradicional, os autores destacam a inserção da cultura na construção dos sexos e gêneros.

Meyer (2013, p. 17) acredita que a definição de gênero pôde “romper a equação na qual a colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que seria ‘naturalmente’ correspondente resultava em diferenças inatas e essenciais”. Isto reafirmaria na época, segundo a autora, o argumento de que diferenças e desigualdades entre homens e mulheres eram social e culturalmente construídas e não mais biologicamente determinadas.

Nesse contexto, o conceito de gênero passaria a englobar, segundo Scott (1995), Louro (1997) e Meyer (2013), todas as formas de construções sociais e culturais, em um processo que diferenciaria mulheres de homens, “incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade” (MEYER, 2013, p. 18), o que para Scott (1995, p. 2) seria uma “maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”.

Em seu texto “Gênero e educação: teoria e política”, Meyer (2013) apresenta um detalhamento sob a teorização de gênero, acreditando ser uma importante implicação de seu uso como ferramenta teórica e política. A autora aponta que gênero está atrelado ao longo de nossas vidas por questões culturais, o que nos permite constituirmos homens e mulheres acreditando não ser linear e tão pouco finalizado esse processo. Tal conceito também aponta para a forma de viver a feminilidade e a masculinidade por meio do tempo, espaço e até mesmo de situações específicas que se dão desde o nosso nascimento. Para a autora, esse conceito não trouxe benefícios apenas no campo feminista, mas possibilitou trazer à tona discussões e intervenções nas relações de poder entre homens e mulheres. E nesse sentido, o conceito de gênero pôde propor um afastamento de ideias prontas/reproduzidas nos papéis e funções entre homens e mulheres, o que possibilitou aproximar no que a autora afirma ser uma “abordagem muito mais ampla que considera que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino” (MEYER, 2013, p. 20). Com isso, deixamos de pensar no que homens e mulheres fazem de forma isolada, mas passamos a considerar o modo como o gênero vem se estruturando no contexto social.

Portanto, entendemos gênero enquanto uma construção sociocultural que define o que é ser masculinidade e feminilidade, não mais por uma marca biológica (natural), mas construída (SILVA, 2015). Nascemos, sim, machos e fêmeas (sexo: marca biológica) para nos tornarmos homens e mulheres (gênero: marca sociocultural) no processo de interação social e de uma educação sexista, influenciada pelo momento histórico e cultural vigente, o que para Louro (2008, p. 18) se dá ao longo de toda nossa vida, “continuamente, infindavelmente”.

2.2 Replanejando ações e possibilitando diálogos

As questões de gênero no contexto escolar são percebidas desde a educação infantil. As atividades, desde muito cedo, são direcionadas especificamente a meninos e meninas. O famoso “Dia do brinquedo”, tão comum às escolas de séries iniciais, pode ser tomado como exemplo claro dessa separação. Muitos professores ficam desconsertados diante de situações em que o menino aparece com um brinquedo e/ou objeto considerado feminino em sua mochila, assim como diante de uma menina que aparece com um carrinho em seu material. Na verdade, os professores retratam seu desconhecimento nos assuntos relacionados à sexualidade e acabam, sem intenção, reforçando tantas desigualdades e desrespeito entre os gêneros (FINCO, 2003; VIANNA; FINCO, 2009; PIRES; MAIO, 2013).

Essas diferenças são levadas na educação em muitas outras situações: atividades de educação física, literatura, atividades diversas e, no futuro, até na escolha e na tomada de decisões para qual área de estudo seguir. A preocupação ainda de muitos pais em direcionar o seu filho homem para um curso condizente com o papel masculino, assim como a menina para cursos em que se operam papéis femininos. Culturalmente, a sociedade é organizada para que as pessoas reproduzam essa coerência em ser o que a sociedade espera a partir do gênero a que pertence. E o próprio sujeito internaliza esses padrões alimentando esse ciclo, em que determinados cursos sejam considerados mais voltados para homens ou mulheres. Os cursos de Engenharia, por exemplo, ainda é marcado pelo número maior de alunos do sexo masculino, assim como os de Pedagogia ou Psicologia de alunos do sexo feminino (SILVA, 2015).

Vieira (2013, p. 76) nos faz lembrar que esses indicadores sociais, entre eles o mercado de trabalho, assim como a fraca participação política das mulheres e, claro, as diferentes formas de violência de gênero, confirmam que as desigualdades de gênero persistem ainda em nossa sociedade, exercendo assim “um efeito perverso na forma como homens e mulheres se autoavaliam tendo em vista o desempenho das mais variadas tarefas inerentes à vida em democracia”, o que poderiam é estar efetivamente vivendo com qualidade e exercendo sua cidadania, em uma igualdade de direitos e deveres.

Desde que nascemos começamos a receber marcas pré-estabelecidas do que é “ser homem” e “ser mulher”. Ao ingressar na escola, meninos e meninas já vão, além das regras recebidas em casa, construindo um conceito desse significado e de seu papel na sociedade daí que possibilitar o debate sobre essas questões na escola pode ser um modo de levar para a sala de aula reflexões que possibilitem pensar e principalmente agir de modo a desconstruir a hegemonia que impera hoje ao gênero (SILVA, 2015).

Moreno (1999) afirma que a escola pode colaborar no esclarecimento e na problematização sobre gênero para combater com a educação sexista fortemente presente nas instituições de ensino, pensando em ações que possam permitir esses diálogos tão necessários. Segundo esta autora, a escola pode assumir uma função não mais de “um aparelho reprodutor de vícios e virtudes, de sabedorias e de mediocridades”, mas sim ser um lugar em que se “pode ensinar a pensar; em lugar de ensinar a obedecer, pode ensinar a questionar, a buscar os porquês de cada coisa, a iniciar novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo”. (p.17)

Meyer (2013) também acredita que, na escola, devemos investir em projetos educativos que possibilitem mudar os processos de ensino-aprendizagem, possibilitando que o/a aluno/a seja capaz de elaborar suas próprias perguntas visando mudar aquele caráter dominante e pedagogizado para um estímulo a “des-naturalização de coisas que aprendemos a tomar como dadas” (p. 13).

Assim, uma ação neste sentido, permitiria conceber o gênero enquanto uma “ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que questionem tanto algumas formas de organização social vigentes, quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes” (12-13).

Um exemplo bem comum ainda presente nas escolas na maneira como educam meninos e meninas são as aulas de Ciências e/ou Biologia, em que professores/as, muitas vezes fortemente alicerçados na maneira biologizante de ensinar e acreditando que assuntos sobre o corpo devem ser privativos, separam os meninos das meninas para falar sobre os sistemas reprodutores masculino e feminino. É comum, ao abordar o sistema reprodutor masculino, o/a professor/a mantém somente os meninos na sala de aula², acreditando ser essa a melhor maneira de ensiná-los, ou ao contrário, separando as meninas. Para Silva (2015), o que na verdade seria fundamental

é que meninos e meninas participassem juntos dessas discussões, para que pudessem, além de aprender cada parte de seu próprio sistema, aprender sobre o corpo do outro, a fim de se trabalhar o respeito, a valorização do corpo, assim como, principalmente, aprender que para a menina, ter uma vulva é tão importante quanto ter um pênis para o menino, sem relação de poder entre os órgãos genitais. Cada um, com suas características físicas e biológicas, é importante. Isto possibilitaria um diálogo essencial nas questões de gênero (SILVA, 2015, p. 33).

Logo, ao se pensar em ações que possibilitem diálogos sobre as questões de gênero na escola, precisamos inicialmente refletir como tem sido e como está direcionado o nosso olhar sobre essas questões: será que a escola reconhece as diferenças no modo em que são tratados os meninos e meninas? Estamos conseguindo valorizar a importância de uma educação mais igualitária? Temos identificado na prática pedagógica as segmentações/diferenciações nas brincadeiras entre meninos e meninas? Os comportamentos de meninos e meninas são observados a fim de possibilitarmos mudanças para uma convivência mais harmoniosa, sem diferenças em seu tratamento? Esses questionamentos são importantes para se repensar as ações no cotidiano escolar. Assumir compromisso numa educação igualitária, ela passa a fazer parte de um processo muito importante de aceitar uma mudança de postura, o que a permitirá buscar alternativas de mudanças para esses tratamentos inadequados, muitas vezes discriminatórios.

² Relatos de professores da Rede Pública Estadual de Londrina-PR durante encontros quinzenais do Grupo de Estudos em Sexualidade (GESEX) coordenado pelo primeiro autor deste artigo. Parte integrante do Projeto de Extensão da Faculdade Pitágoras Londrina/ Curso de Pedagogia, 2012.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pretendemos apontar é a necessidade de ações na escola que combatam a reprodução de discriminação de gênero e, para isso, defendemos em primeiro lugar uma formação específica junto aos professores/as instrumentalizando-os/as para assumirem seu papel de educadores sexuais. Em segundo lugar, acreditamos que esse conteúdo deve ser trabalhado junto aos estudantes de modo sistemático, semanalmente, com momentos de interação grupal e reflexões conjuntas, colocando em prática um Programa de Educação Sexual que faça parte do Projeto Político Pedagógico da escola (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Silva (2015) complementa,

a Educação Sexual na escola é hoje uma necessidade a ser efetivada tanto nas discussões políticas, quanto nas ações e concretização de sua prática. Ao dizer Educação Sexual estamos nos referindo a toda ação contínua, em um processo de interação humana pelo qual, inserido em uma cultura, uma história e uma política, nos leva a pensar na construção de um sujeito ativo frente às informações, aos desejos, às necessidades básicas sobre seu corpo, seu funcionamento e organização. Assim, tal sujeito pode dialogar, ter voz ativa e poder expressar suas opiniões, respeitando as opiniões do outro e significativamente percebendo a sexualidade como algo positivo em sua vida, sem medos, tabus e/ou receios em poder/querer aprender sobre tudo que se passa a sua volta durante toda sua vida (SILVA, 2015, p.20).

Assim, quando estas discussões estão interligadas a um Programa de Educação Sexual, a possibilidade de nos comprometermos a um trabalho efetivo parece ser maior. Defendemos que é possível, a partir de discussões planejadas, esclarecer sobre o significado da sexualidade e suas manifestações e problematizar a construção social do gênero e os padrões definidores de normalidade. E, portanto, com isso, contribuir para a educação pela igualdade de direitos, rejeitando assim, a discriminação em relação ao gênero, bem como as diversas etnias e nacionalidades, conhecendo e compreendendo as orientações sexuais e aprendendo a respeitá-las. Isso significa também, que o tratamento referente às questões de gênero em um Programa de Educação Sexual na escola permitirá ao estudante encontrar, na instituição educativa, um espaço de informação e formação tão emergente em nossa sociedade.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Éderson; SOUZA, Leonardo Lemos de. Gênero, identidade e cultura nas práticas corporais no contexto escolar. In: SOUZA, Leonardo Lemos de; ROCHA, Simone Albuquerque da. **Formação de educadores, gênero e diversidade**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**. Campinas, SP: Unicamp, v. 14, n.3 (42) set/dez, 2003, p. 89-101.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-Posições**, vol. 19, n. 2 (56), maio/ago, pp. 17-23, 2008.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação Sexual: princípios para ação. **Doxa**, v.15, n.1, p.75-84, 2011.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. Trad. Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

PIRES, Juliana Gabricho Capella; MAIO, Eliane Rose. In: Anais da XX SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO/ I JORNADA PARFOR, 2013, Maringá. **Gênero dentro de um espaço da educação infantil**: a brinquedoteca. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2013.

REIS, Kellen Cristina Florentino; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Estereótipos sexuais e a educação sexista no discurso de mães. In: VALLE, Tânia Gracy Martins do. **Aprendizagem e desenvolvimento humano**: avaliações e intervenções [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu** – Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX, Nº 12, especial, Campinas, SP, pp. 157-163, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, vol. 20, n.2, jul-dez. Porto Alegre [s.e.], 1995.

SILVA, Ricardo Desidério. **Educação Audiovisual da Sexualidade**: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia. 2015, 144 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, n. 33, julho-dezembro, 2009, p. 265-283.

VIEIRA, Cristina Maria Coimbra. Crescer sem discriminações. Perscrutando e combatendo estereótipos de gênero nas práticas familiares e escolares. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amelia de Souza (Orgs.). **Formação docente em gênero e sexualidade**: entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis, RJ: De Petrus ET Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

Title

Reflecting about gender issues in classroom.

Abstract

If they think about gender issues, they are presented in all spaces, whether formal or informal. As the norms are dictated between what is right or wrong for the boy and girl, more and more evident throughout the development. In the family and in the school are evident the treatments so directed to the boy and the girl. At home, parents prove these rules by their attitudes and behaviors toward directions taken and very specific to each of the children. The boy is given everything that is had as a boy and for a girl will happen the same. If in the family a couple, a separation even more evident. Already in school, this process is a separation by queues of boys and girls, difficult activities given to each of them, among many others. However, the purpose of the text here is to point out a reflection about its concept and a need for actions in the school that is a reproduction of gender discrimination and, for that, to defend a first place, a specific formation with the teachers, as well How to believe that this content should be worked with the students in a systematic, continuous and effective way, with moments of group interaction and joint reflections, putting into practice a Sexual Education Program that is part of the School's Political Pedagogical Project.

Keywords

Genre; Sexuality; Sexual Education; Teacher training.

Recebido em: 05/04/2017.

Aceito em: 09/04/2017.